

QUARTO TRIMESTRE

Governo terá de economizar R\$ 27 bilhões

A perda de validade da medida provisória que tributaria investimentos, bets e fintechs e o crescimento do déficit das estatais dificultarão o cumprimento das metas fiscais deste ano, alertou a Instituição Fiscal Independente (IFI). Em relatório divulgado ontem, o órgão constatou que o governo

precisará realizar um esforço fiscal adicional de R\$ 27,1 bilhões no último trimestre do ano. O cálculo considera as deduções legais, como precatórios e outros abatimentos, além da tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao centro da meta, conforme estabelece o novo

arcabouço fiscal. Dessa forma, o governo precisará economizar R\$ 27,1 bi de outubro a dezembro para alcançar o limite mínimo da meta fiscal. Segundo o arcabouço fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, o governo terá de encerrar o ano com déficit primário zero. **PÁGINA 2**

Especial

Entenda por que ex-funcionários voltam às suas antigas empresas

PÁGINA 6

ALERJ

Comissão aprova vender Maracanã para pagar dívida

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou na última quarta-feira a inclusão do Complexo do Maracanã em uma lista de imóveis que pertencem ao governo estadual e podem ser vendidos. Além do estádio – que já recebeu duas finais de Copa do Mundo (1950 e 2014) –, o complexo inclui a chamada Aldeia Maracanã, um prédio histórico em ruínas onde funcionou o Museu do Índio e atualmente ocupado por algumas famílias indígenas. O Projeto de Lei Complementar 40/2025, de autoria do Poder Executivo, listou 48 imóveis que deveriam ser vendidos, com um duplo efeito: cortar gastos de manutenção e arrecadar receitas para os cofres públicos. Na listagem original, não constava o Maracanã, localizado na zona norte da capital fluminense. O projeto afirma que “parcela substancial” dos imóveis se encontra desocupada. **PÁGINA 5**

NEPOTISMO

STF decide manter nomeação de parentes

PÁGINA 6

CONGRESSO OMISSO

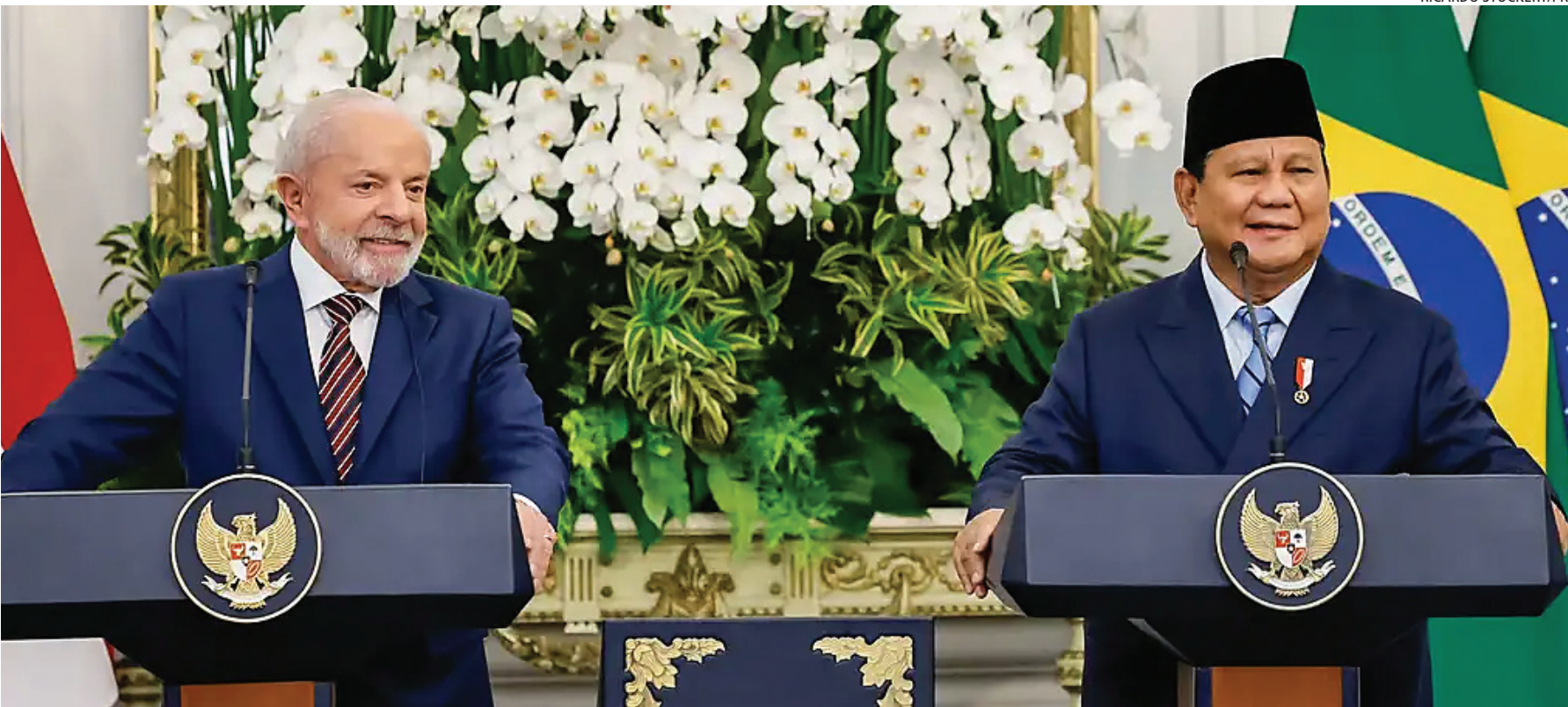
STF começa a julgar criação de imposto sobre grandes fortunas

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou ontem o julgamento de uma ação que pede o reconhecimento da omissão do Congresso Nacional para criar o imposto sobre grandes fortunas. A ação foi protocolada pelo PSOL em 2019. O partido sustenta que o Artigo 153 da Constituição prevê que compete à União aprovar uma lei

complementar para instituir esse tipo de imposto. A sessão foi dedicada à sustentação da legenda, que foi representada pela advogada Bruna Freitas do Amaral. Ela argumentou que há uma omissão persistente do legislador no cumprimento do mandamento constitucional. **PÁGINA 3**

BRASIL E INDONÉSIA

Lula volta a defender uso de moedas locais



RICARDO STUCKERT/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, em dois momentos, durante a visita que faz à capital da Indonésia, Jacarta, a possibilidade de uso de moedas locais no comércio entre os dois países. A primeira delas, durante declaração à imprensa, na madrugada de quarta-feira. Ontem de manhã, Lula disse que tanto

o Pix quanto o sistema similar indonésio têm condições de facilitar não só o comércio entre os dois países, mas, também, entre os países que integram o Brics - grupo formado por 11 países-membros e dez parceiros, entre eles o Brasil, a Rússia, Índia, China e África do Sul. **PÁGINA 7**

LEILÕES



PAULO PINTO/ABRASIL

Governo atinge marca de R\$ 200 bilhões em concessões rodoviárias

Com o leilão de rodovias do Paraná que foi realizado na tarde de ontem na sede da Bolsa de Valores de São Paulo, na capital paulista, o Brasil atingiu a soma de R\$ 200 bilhões em concessões de rodovias realizadas pelo atual governo. A afirmação foi feita pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (**foto**). “Com esse leilão de hoje, a gente atinge a marca de R\$ 200 bilhões em investimentos privados contratados no Brasil nesse ciclo de leilões. É algo muito significativo, porque o país tinha feito 24 leilões no início do programa de concessão lá atrás, em 1998 até o ano de 2022. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA 0,59% / 145.720,98 / 848,19 / Volume: 15.819.696.809 / Negócios: 2.837.027											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas do mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
GOLL54	5,45	-1,62	-0,09	RVEE3	5,540	+89,73	+2,620	AMBP3	0,38	-9,52	-0,04
PORT3L	18,53			DESK3	15,250	+12,55	+1,700	BOBR4	1,26	-8,70	-0,12
AMBP3	0,38	-9,52	-0,04	BHIA3	3,520	+11,75	+0,370	MWET4	10,09	-8,27	-0,91
MGLU3	7,87	-5,64	-0,47	EUCA3	20,48	+10,70	+1,98	RSID3	1,59	-6,47	-0,11
PETR4	30,19	+1,14	+0,34	SNSYS	3,10	+8,77	+0,25	MGLU3	7,87	-5,64	-0,47
									Dow Jones	46.734,61	+0,31
									S&P 500	6.738,44	+0,58
									NASDAQ Composite	22.941,798	+0,89
									Nasdaq 100	25.097,415	+0,88
									Euronext 100	1.714,21	+0,57
									CAC 40	8.225,78	+0,23
										Salário mínimo	R\$ 1.412,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,5373
										Taxa Selic	15%
										(17/09)	
										TR	0,1739%
										(24/10)	
										Poupança	0,6748%
										(24/10)	
										IGP-M	0,42% (set.)
										IPCA	0,48% (set.)
										CDI	14,90%
										(17/09)	
										OURO	
										BM&F/grama/RJ	R\$ 716,24
										EURO Comercial	
										Compra: 6,2555	Venda: 6,2561
										EURO turismo	
										Compra: 5,4088	Venda: 5,5888

MERCADOS

Bovespa volta a 145 mil pontos com alta de 5% do petróleo

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta de 0,59%, aos 145.720,98 pontos, maior nível desde 30 de setembro. A valorização foi puxada pela disparada superior a 5% do petróleo depois que Estados Unidos e União Europeia anunciaram novas sanções contra a Rússia. Brent e WTI alcançaram o maior preço em duas semanas e impulsionaram as ações da Petrobras, que avançaram 0,72% (ON) e 1,14% (PN).

O índice perdeu fôlego no início da tarde, mas voltou a ganhar tração quando a Casa Branca confirmou que Donald

Trump se reunirá com Xi Jinping na próxima quinta-feira. O presidente norte-americano afirmou que acha que o encontro "será muito bom". A notícia também animou as bolsas de Nova York. Ainda assim, o giro financeiro na B3 somou R\$ 19,14 bilhões, abaixo da média diária de R\$ 23 bilhões.

No front monetário, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que as expectativas de inflação ainda estão fora da meta, embora reconheça um processo de desaceleração em curso. O Projeções Broadcast aponta que o IPCA-15 de outubro deve arrefecer para 0,24%, após 0,48% em setembro.

Dólar fecha em queda em dia favorável a divisas emergentes com avanço do petróleo

ANTONIO PEREZ/AE

A arrancada dos preços do petróleo com sanções de Estados Unidos e União Europeia à Rússia levou a uma rodada de valorização de divisas emergentes e de países exportadores de commodities ontem. Com mínima de R\$ 5,3784, o dólar à vista encerrou a sessão em queda de 0,2%, a R\$ 5,3861, passando a acumular perdas de 0,36% na semana. Em outubro, a divisa avança 1,19% em relação ao real.

Operadores ressaltaram que a liquidez foi bem reduzida no segmento futuro, o que revela uma postura cautelosa dos investidores, que evitam assumir posições mais firmes diante das incertezas externas. Além da expectativa em torno do desfecho das negociações comerciais sino-americanas, com o encontro entre os presidentes Donald Trump e Xi Jinping na próxima semana, há o "apagão" de dados nos EUA na esteira da paralisação parcial do governo (shutdown), que

completa 23 dias nesta quinta. Os principais contratos futuros de petróleo fecharam em alta superior a 5%, na esteira do anúncio da quarta-feira pelos EUA de sanções a duas das maiores empresas de energia da Rússia, Rosneft e Lukoil, em uma tentativa da Casa Branca de pressionar o presidente russo, Vladimir Putin, por um cessar-fogo na guerra da Ucrânia. Já a União Europeia anunciou hoje um novo pacote de sanções contra a Rússia, com foco na "frota fantasma" de petroleiros, no comércio de gás natural e no setor financeiro russo.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes, o índice DXY oscilou pouco ao longo do dia e apresentava ligeira alta no fim da tarde, pouco abaixo do limiar dos 99.000 pontos. Destaque para as perdas de mais de 0,40% do iene, abalado pela expectativa de políticas fiscais expansionistas durante a gestão da nova primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi.

RANKING

Líder em reclamações, Inter diz acompanhar queixas e projeta melhora

ANDRÉ MARINHO/AE

Após liderar o ranking do Banco Central de reclamações sobre o setor no terceiro trimestre, o Inter informou que "acompanha atentamente" as manifestações registradas. "Temos um plano ativo de evolução do nosso posicionamento no ranking, com avanços já projetados e melhorias esperadas ainda para 2025", afirmou o Inter, em nota.

O banco alegou que alcançou a marca de 85 pontos no

chamado Net Promoter Score (NPS), que mede a satisfação do cliente.

Afirmou ainda que tem a melhor avaliação entre 14 instituições financeiras nas lojas de aplicativos.

"Oferecer a melhor experiência aos nossos clientes é prioridade, e seguimos focados em aumentar continuamente a satisfação e a qualidade do relacionamento, com transparência e respeito", ressaltou a instituição.

IFI

Governo terá de economizar R\$ 27 bilhões extras no 4º tri

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A perda de validade da medida provisória que tributaria investimentos, bets e *fintechs* e o crescimento do déficit das estatais dificultarão o cumprimento das metas fiscais deste ano, alertou a Instituição Fiscal Independente (IFI). Em relatório divulgado ontem, o órgão constatou que o governo precisará realizar um esforço fiscal adicional de R\$ 27,1 bilhões no último trimestre do ano.

O cálculo considera as deduções legais, como precatórios e outros abatimentos, além da tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao centro da meta, conforme estabelece o novo arcabouço fiscal. Dessa forma, o governo precisará economizar R\$ 27,1 bilhões de outubro a dezembro para alcançar o limite mínimo da meta fiscal.

Segundo o arcabouço fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, o governo terá de encerrar o ano com déficit primário zero, podendo chegar a um resultado negativo de

R\$ 31 bilhões, considerando a margem de tolerância de 0,25% do PIB.

Órgão técnico vinculado ao Senado Federal criado em 2016, a IFI acompanha e avalia a política fiscal do governo federal de forma autônoma e transparente. Segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) 105, divulgado ontem, o cenário fiscal se agravou devido à piora do déficit primário das empresas estatais e à perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.303/2025, cuja tramitação foi interrompida em 8 de outubro.

A Câmara dos Deputados rejeitou trechos da MP que aumentariam a arrecadação por meio da tributação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Imobiliárias (LCI), apostas eletrônicas, *fintechs* e regras sobre créditos tributários. O Ministério da Fazenda contava com essas receitas para cumprir as metas fiscais de 2025 e 2026.

A IFI avalia que novas negociações serão necessárias para recompor o equilíbrio das contas públicas da União neste e no próximo ano.

REFORMA DO IR

O relatório também analisou os efeitos da reforma da tributação sobre a renda, atualmente em tramitação no Congresso. A proposta isenta contribuintes com rendimentos de até R\$ 5 mil mensais, reduz a carga para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350 e cria uma tributação mínima sobre altas rendas para manter a neutralidade fiscal da medida.

De acordo com a IFI, o texto original do projeto traria ganho fiscal estimado em R\$ 9 bilhões por ano, mas esse efeito foi reduzido para R\$ 4 bilhões após mudanças na Comissão Especial da Câmara. No texto aprovado em plenário, o impacto passou a ser negativo em R\$ 1 bilhão por ano. A proposta está em análise no Senado Federal.

LIMITES

Outro tema abordado no relatório é a Proposta de Resolução do Senado nº 8/2025, que busca regulamentar dispositivos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo limites para o endividamento público federal. A

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) iniciou as discussões com audiências públicas, com a participação da IFI.

O relatório ressaltou que o Poder Legislativo tem atuado em outras pautas de responsabilidade fiscal. A IFI cita a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 136/2025, que define limites para o pagamento anual de precatórios por estados e municípios, cria regras para renegociação de dívidas previdenciárias e contratuais. A partir de 2027, a emenda constitucional retira o pagamento de precatórios dos limites de despesa da União e remove parcialmente essa despesa da apuração da meta fiscal do governo central.

Na abertura do relatório, os diretores da IFI Marcus Pestana e Alexandre Andrade destacaram que o desafio de reequilibrar as contas públicas permanece como prioridade nacional.

"O equacionamento da política fiscal deve ser uma missão compartilhada entre os Poderes Executivo e Legislativo. Mesmo o Poder Judiciário toma decisões com impactos fiscais extremamente relevantes", afirmaram.

LEILÕES

Governo atinge marca de R\$ 200 bilhões em concessões rodoviárias

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Com o leilão de rodovias do Paraná que foi realizado na tarde de ontem na sede da Bolsa de Valores de São Paulo, na capital paulista, o Brasil atingiu a soma de R\$ 200 bilhões em concessões de rodovias realizadas pelo atual governo. A afirmação foi feita pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (**foto**).

"Com esse leilão de hoje, a gente atinge a marca de R\$ 200 bilhões em investimentos privados contratados no Brasil nesse ciclo de leilões. É algo muito significativo, porque o país tinha feito 24 leilões no início do programa de concessão lá atrás, em 1998 até o ano de 2022. E agora, ao final deste ano, nós vamos terminar o ano com 22 leilões e vamos fazer outros 14 no ano que vem", afirmou.

Segundo o ministro, o valor dos leilões de rodovias representa a maior parte dos investimentos privados já contratados pelo atual governo.

"No total já foram contratados R\$ 300 bilhões em todos os tipos de leilões: portos, aeroportos, até de florestas, porque agora a conservação de floresta está sendo leiloada também. Desses R\$ 300 bilhões totais, o Ministério dos Transportes hoje completa R\$ 200 bilhões, o que corresponde a dois terços dessa agenda de atração do investimento", disse a jornalistas.

Desde 2023, o governo federal realizou 18 leilões de rodovias e mais quatro estão previstos até o final deste ano. O próximo deles, do lote 5 das Rodovias Integradas do Paraná, será realizado na próxima quinta-feira (30).

"Esse será o sexto leilão do estado do Paraná. E temos também o leilão do Centro-Oeste.



PAULO PINTO/ABRASIL

O último leilão do ano será da Fernão Dias, a BR 381, que liga Belo Horizonte a São Paulo. É um conjunto de leilões muito arrojado que está impulsionando o investimento privado na nossa infraestrutura", disse o ministro.

De acordo com Renan Filho, os leilões de rodovias vêm sendo bastante competitivos, atraindo uma variedade de concorrentes.

"Esses 18 leilões tiveram 14 empresas vitoriosas diferentes, demonstrando sempre novos entrantes e uma competição que derruba preço. A outra coisa que demonstra a competição é a derrubada de preço. O leilão de hoje colocou as tarifas que serão praticadas agora nesse novo

contrato 52% menores do que as tarifas praticadas anteriormente, se elas fossem atualizadas pela inflação. Ou seja, o povo do Paraná está levando hoje um bom produto a preços muito melhores do que eles pagaram no passado", ressaltou.

PARANÁ

Na tarde de ontem, o ministro acompanhou a realização do leilão do lote 4 das Rodovias Integradas do Paraná, que foi vencido pelo Consórcio Infraestrutura PR (composto pela EPR e Perfin Voyager Fundo de Investimento), que ofereceu 21,30% de desconto sobre o preço da tarifa. Ele concorreu com outras três empresas: a Motiva (antiga CCR), a Mota-Engil e a Reune

Rodovias Holding.

Segundo o governador do Paraná, Ratinho Junior, que também esteve presente na B3, o certame de hoje foi um sucesso.

"Hoje é uma semana muito importante para o estado. Ontem nós tivemos a concessão do canal de chegada no Porto de Paranaguá, que foi o primeiro do Brasil. Foi um sucesso. E hoje mais um sucesso no nosso lote de concessão rodoviária, que foi o quinto entre seis lotes que foram programados nessa parceria entre governo federal e governo do estado", falou ele a jornalistas. "Esses seis lotes são o maior pacote de concessão rodoviária da América Latina", destacou.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

COMISSÃO

Alerj quer vender Maracanã para pagar dívida do estado

BRUNO DE FREITAS MOUR/ABRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou na última quarta-feira a inclusão do Complexo do Maracanã em uma lista de imóveis que pertencem ao governo estadual e podem ser vendidos.

Além do estádio – que já recebeu duas finais de Copa do Mundo (1950 e 2014) –, o complexo inclui a chamada Aldeia Maracanã, um prédio histórico em ruínas onde funcionou o Museu do Índio e atualmente ocupado por algumas famílias indígenas.

O Projeto de Lei Complementar 40/2025, de autoria do Poder Executivo, listou 48 imóveis que deveriam ser vendidos, com um duplo efeito: cortar gastos de manutenção e arrecadar receitas para os cofres públicos. Na listagem original, não constava o Maracanã, localizado na zona norte da capital fluminense.

O projeto afirma que “parcela substancial” dos imóveis se encontra desocupada. Na justificativa do projeto, o governador Cláudio Castro diz que a medida é motivada pela “necessidade de adoção de medidas de racionalização do ativo imobiliário e na melhoria da gestão do patrimônio imóvel estadual”.

CONTAS PÚBLICAS

Castro acrescenta que o governo enfrenta “enormes desafios” para manter imóveis, “desembolsando dispendiosos recursos para garantia da guarda e conservação dos bens”.

O governador cita o Regime de Recuperação Fiscal – acordo entre a União e estados em grave desequilíbrio financeiro – como outro motivador.

“Torna-se imperiosa a redução de despesas de custeio de manutenção da máquina pública, de modo que a alienação de



DIVULGAÇÃO

imóveis não afetados ao uso público em muito contribuirão neste sentido, além de impulsionar o ingresso de receita aos cofres estaduais”.

O projeto determina que o preço mínimo de venda dos imóveis será o valor de mercado, baseado em “laudo de avaliação elaborado por profissionais habilitados”.

MUDANÇA NA ALERJ

Quando a proposta chegou à CCJ, os deputados fizeram alterações nos endereços e incluíram, entre outros, o Complexo do Maracanã. A lista final da comissão chega a 62 imóveis.

O presidente da CCJ e líder do governo na Alerj, deputado estadual Rodrigo Amorim (União Brasil), é um dos defensores da inclusão do Maracanã na lista de bens à venda.

A Agência Brasil pediu comentários ao parlamentar, mas não recebeu resposta até a conclusão da reportagem. Pelas redes sociais, Amorim comentou a emenda da CCJ:

“Nosso objetivo é simples: reduzir gastos com imóveis públicos subutilizados, gerar receita e cumprir a finalidade social da propriedade prevista na Consti-

tuição Federal”, escreveu.

Amorim indicou ainda um link para uma reportagem, na qual classifica o Maracanã como um “elefante branco” e afirma que a Aldeia Maracanã está em “situação precária e sem uso social definido”.

O deputado estadual Flavio Serafini (PSOL) é opositor ao projeto. Procurado pela Agência Brasil, o gabinete do parlamentar confirmou que ele atuará para tentar derrubar a venda do Complexo Maracanã. Para o deputado opositorista, o estádio é o principal equipamento esportivo do país e tem forte identificação com a identidade do morador do Rio.

Sobre a Aldeia Maracanã, Serafini entende que o local deve ser preservado e receber mais investimentos, para se transformar em um centro de referência internacional dos povos originários.

Para passar a valer, a proposta precisará ainda ser aprovada pelo plenário da Alerj e sancionada pelo governador.

ESTÁDIO

O Maracanã funciona atualmente sob regime de concessão privada, comandada por uma empresa que representa um

consórcio formado pelos clubes Flamengo e Fluminense. O contrato foi assinado em 2024, vale por 20 anos e inclui o ginásio Maracanzinho.

Os clubes pagaram R\$ 20 milhões para vencer uma disputa pública e se comprometeram a investir R\$ 186 milhões até o fim de concessão.

Flamengo e Fluminense realizam jogos na arena esportiva e arrecadam recursos com a venda de ingressos e de espaços publicitários e a receita de bares.

Procurada pela Agência Brasil, a Fla-Flu Serviços S.A., que administra o estádio, informou que “a Gestão Fla-Flu tem contrato de 20 anos de concessão do estádio e irá cumpri-lo”.

ALDEIA MARACANÃ

O governo do Rio de Janeiro sustenta que a Aldeia Maracanã está ocupada por famílias indígenas de forma ilegal. A disputa pela posse é marcada por decisões judiciais.

Em 2013, indígenas e ativistas que os apoiavam foram retirados do terreno, depois de uma operação da Polícia Militar. A área foi reocupada pelas famílias após o término dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

ATENDIMENTO MÓVEL

Mais cinco carretas da mulher começam a atender no Outubro Rosa

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Ministério da Saúde lançou, ontem, mais uma etapa do atendimento móvel a pacientes da rede pública, com as carretas do programa Agora Tem Especialistas. Nessa etapa, cinco carretas de saúde da mulher chegam a municípios de Alagoas, do Rio Grande do Sul, Pará e Piauí, além do Distrito Federal.

No âmbito da campanha Outubro Rosa, serão ofertados consultas, exames, biópsias e diagnósticos como foco na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de mama e de colo do útero. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve em Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal, para acompanhar o início desta etapa e destacou que o objetivo do programa é reduzir o tempo de espera para exames e procedimentos.

“Tudo o que as mulheres estão esperando na fila para esse atendimento, nós estamos instalando hoje na Ceilândia, em Brasília”, disse. A expectativa é que, nos próximos 30 dias, cerca de 1,5 mil mulheres sejam atendidas no estacionamento do Hospital Regional de Ceilândia, onde foi estacionada a unidade. A marcação das consultas e o encaminhamento dos pacientes fica a cargo das

secretarias de saúde dos estados e municípios onde estão localizadas as carretas.

Nesta sexta-feira, as outras quatro unidades chegam a Arapiraca (AL), Abaetuba (PA), Florianópolis (PI) e Pelota (RS). No total, 28 carretas estarão operando em 22 unidades federativas de todas as regiões do país por, no mínimo, 30 dias até que sejam deslocadas para outras cidades brasileiras. A meta do programa é de alcançar 150 unidades móveis em circulação até 2026.

A previsão do Outubro Rosa é que mais de 42 mil pacientes da rede pública sejam recebidos nessas unidades móveis de saúde, com toda a estrutura de equipamentos, insumos e equipes multiprofissionais para a realização de cerca de 130 mil procedimentos. O investimento para as ações da campanha é quase R\$ 19 mi. Para prevenção e diagnóstico de câncer de mama, as carretas oferecem mamografia e ultrassonografia mamária bilateral; punção de mama por agulha grossa; biópsia/exérese de nódulo de mama; e exame anatomopatológico de mama. Já os procedimentos para rastreamento de câncer de colo do útero incluem colposcopia; biópsias e exames anatomopatológicos; procedimentos terapêuticos.

GOVERNO DO BRASIL

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.074/2025

A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.074/2025 no dia 06/11/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares para Hemodinâmica (BAINHA E DILATADOR TRANSEPTAL DE MULLINS 8 FR ADULTO PARA VALVULPLASTIA MITRAL, SET COMPLETO, APROXIMADAMENTE 62 CM, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, PINÇA DE BIÓPSIA MIOCÁRDICA COMPOSTA POR CATETER COM CORPO FLEXÍVEL LONGO E 2 GARRAS ARTICULADAS, COMPATÍVEL COM BAINHA ATÉ 7 FR e etc.) Processo nº. 33409.001673/2024-29. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178 ("Companhia")

Edital de Convocação dos Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio ("Companhia") para Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente Edital de Convocação, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, convoca os Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, no dia 31 de outubro de 2025, às 11h00min ("AGE"), que se realizará na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 - Bloco Vermelho - 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, para discutirem e deliberarem sobre: 1. Eleição dos Conselheiros do Conselho Fiscal com o mandato de 1 ano; Informações Gerais: (1) Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 48 horas à realização da AGE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGE, inclusive para deliberar sobre a eventual suspensão da AGE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail concer.jur@concer.com.br; Duque de Caxias, 21 de outubro de 2025. Atenciosamente, Carlo Alberto Bottarelli, Presidente do Conselho de Administração. (22, 23 e 24/10/2025)

EMISSION S.A.

CNPJ/MF nº 39.110.879/0001-60 - NIRE 33.300.309.942

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas

Ficam convocados os senhores Acionistas da Emissão S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas ("AGO"), a ser realizada no dia 6 de novembro de 2025, às 10h00, de forma exclusivamente eletrônica, nos termos do Artigo 132, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei da S.A."), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Retificação de quatro valores constantes das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024; e 2) Ratificação das Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais de 2023 e de 2024, já aprovadas, sem a necessidade de nova elaboração e reapresentação desses documentos, visto que as alterações não afetam o valor total do passivo e do patrimônio líquido, sendo consideradas imateriais. Informações gerais: (a) Para participar e votar por meio do sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia até 2 (dois) dias antes da data da AGO, ou seja, até às 10h00 do dia 4/11/2025, para o e-mail: cesar@mplegal.com.br; (b) Na hipótese de participação por meio de procurador, a solicitação deverá ser acompanhada do respectivo instrumento de mandato, devidamente regularizado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia; e (c) Após o recebimento da solicitação e a devida comprovação da titularidade das ações, a Companhia enviará aos acionistas aptos as instruções de acesso e participação na AGO, com os procedimentos necessários para utilização do sistema eletrônico. Rio de Janeiro, 16/10/2025. Cesar Madeira Padovesi – Diretor

PERFIL X CONSTRUTORA S.A.

CNPJ/MF: 08.733.497/0001-69 - NIRE: 33.3.0030743-5

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA / ESCRITURA DECLARATÓRIA "TERMO DE RESOLUÇÃO" FIRMADA PELA ÚNICA ACIONISTA PLENA PARTICIPAÇÕES S.A., EM 03/10/2025. 1. Em 03/10/2025, às 9h, na sede social localizada na Estrada Velha de Maricá, 249, Várzea das Moças, São Gonçalo, RJ, CEP 24.753-511. 2. Considerando a condição da Perfil X Construtora S.A. de subsidiária integral da Plena Participações S.A., nos termos do artigo 251, § 2º, da Lei 6.404/76, conforme apontamentos no Livro de Registro de Ações, e a condição de representantes da acionista conferida à Sra. Danyelle Cruz Lopes e ao Sr. Marcelo Chagas Viana. 3. Mesa: Presidente: Sr. Marcelo Chagas Viana; Secretária: Sra. Danyelle Cruz Lopes. 4. Fica deliberada e aprovada, sem qualquer ressalva ou emenda: 4.1. Reeleger para o cargo de Diretor sem designação específica, o Sr. Allan Carvalho dos Santos, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 23.815.948-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.689.597-66, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do RJ, para cumprir mandato pelo período de 03 (três) anos, com início em 03/10/2025 e término em 03/10/2028. 4.2. Ficando a Diretoria da empresa a partir desta data composta pela Sr.ª Kassia de Sousa Ramos Machado, brasileira, atualmente convivendo em união estável, empresária, portadora da carteira de identidade nº 21.793.486-8, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 133.923.937-03, residente e domiciliada na Cidade de Niterói, Estado do RJ, pelo Sr. Pedro Henrique Lemos Viana, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 29.638.515-6, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 168.363.617-12, residente e domiciliado na Cidade de Maricá, RJ e pelo Sr. Allan Carvalho dos Santos, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 23.815.948-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.689.597-66, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do RJ. 5. Nada mais havendo a deliberar, o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos, e firmou-se a presente Assembleia Geral Extraordinária / Escritura Declaratória "Termo de Resolução", que é assinada pelos representantes da única acionista Plena Participações S.A. São Gonçalo (RJ), 03/10/2025. Marcelo Chagas Viana - Presidente; Danyelle Cruz Lopes - Secretária. Jucerja nº 7266383 em 21/10/2025.

OPERAÇÃO MIOPIA

PF prende homem que disseminava pornografia infantil na dark web

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Agentes da Polícia Federal prenderam na quarta-feira passada durante a Operação Miopia, um homem investigado por participar ativamente de fóruns da *dark web* que conectavam abusadores sexuais em várias partes do mundo.

A finalidade da ação é reprimir uma organização criminosa voltada para a disseminação de fotos e vídeos contendo cenas de violência sexual contra crianças e adolescentes, da qual o investigado fazia parte.

Os policiais federais da Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos cumpriram um mandado de busca e apreensão e um mandado de prisão preventiva contra o homem.

Durante as buscas na residência do investigado, no bairro de Botafogo, zona sul do Rio, foram

apreendidos oito computadores, quatro celulares e dezenas de mídias de armazenamento (HDs e SSDs), que serão submetidos à perícia técnica criminal.

DARK WEB

A *dark web* é uma parte da internet que não é indexada por mecanismos de busca tradicionais e requer navegadores especiais para acesso.

Ela oferece alto grau de anonimato, o que permite tanto a proteção de identidades, quanto atividades criminosas, como a venda de dados roubados e itens ilegais.

OPERAÇÃO MIOPIA

As ações tiveram início, a partir de cooperação policial internacional tendo em vista a transnacionalidade do alcance dos fóruns.

Através da força-tarefa, a Polí-

cia Federal apurou indícios de que o investigado também publicou grande quantidade de conteúdos ilícitos dessa natureza.

As investigações seguirão para apurar todos os crimes cometidos pelo suspeito e demais membros da organização criminosa.

O preso responderá pelos crimes de organização criminosa, produção, compartilhamento e armazenamento de arquivos contendo cenas de violência sexual infantojuvenil. Também são investigadas condutas relacionadas aos crimes de aliciamento de criança e estupro de vulnerável.

ALERTA

A Polícia Federal faz um alerta aos pais e aos responsáveis sobre a importância de monitorar e orientar seus filhos no mundo virtual e físico, protegendo-os dos riscos de abusos sexuais.

POLIOMIELITE

Imunização está abaixo da meta no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A meta de 95% de vacinação prevista pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) não vem sendo atingida desde 2016, no estado do Rio de Janeiro. Uma geração com quase 40 anos de idade, que não presenciou os efeitos da para-

lisa infantil, corre risco de ser surpreendida pelo aparecimento de possíveis casos. O Dia Mundial de Combate à Poliomielite celebrado nesta sexta-feira é uma data importante para a população fluminense, diante dos baixos índices de vacinação nos últimos anos, conscientizar-se que a não vacina-

ção contra o pólio pode colocar em risco uma realidade que acontece desde 1987, quando foi registrado o último caso da doença no estado.

Em razão dessa preocupação, a Secretaria de Estado de Saúde apela aos fluminenses aproveitarem a Campanha Nacional de Multivacinação, até o dia 31 deste mês, para

vacinação de crianças que não receberam o imunizante contra a doença. “A vacina contra a poliomielite lançou o personagem ‘Zé Gotinha’, conhecido no Brasil e no mundo pela luta contra a doença. Com o apoio dessa figura simpática e representativa para o SUS, conseguimos vencer a pólio, mas precisamos manter as altas coberturas vacinais, evitando o retorno dessa doença que é grave”, afirmou a secretária, Claudia Mello.

CPMI

Médica que prestou serviços ao Careca do INSS fica em silêncio

GUSTAVO CÔRTEAS/AE

A médica Thaís Hoffmann Jonasson foi a primeira a depor ontem. Durante maior parte do tempo, usou do direito ao silêncio concedido por habeas corpus do Supremo Tribunal Federal (STF). Disse que se recusaria a prestar explicações à CPI por se tratar de um "ambiente hostil".

Ela é mulher do ex-procurador-chefe do INSS Virgílio Oliveira Filho, cujo depoimento também está previsto para essa quinta-feira, 23. Ele é acusado de produzir pareceres que garantiram a continuidade dos descontos associativos ilegais a aposentados.

De acordo com as investigações no âmbito da operação Sem Desconto, da Polícia Federal, entidades envolvidas no esquema faziam pagamentos às empresas de Hoffmann como propina pela produção dos pareceres.

O relator da comissão, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), mencionou que a empresa dela, Curitiba Consultoria, recebeu cerca de R\$ 11 milhões de empresas de Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS. Em um dos raros momentos em que quebrou o silêncio, ela afirmou que manteve a prestação de serviços - elaboração de pareceres médicos, segundo ela - para essas empresas.

"Deputado, eu prestei o meu trabalho. Foram anos de trabalho para chegar onde eu cheguei, noites mal dormidas, mesmo grávida. Eu prestei o

meu trabalho. A verdade vai aparecer. Eu tenho documentos comprovatórios e todo material que foi enviado do trabalho que foi prestado", disse.

A sessão da CPI chegou a ser interrompida após bate-boca e troca de ofensas entre o deputado federal José Medeiros (PL-MT) e a advogada Izabella Hernandez Borges, que representa a depoente. O parlamentar insinuou que a profissional era uma "advogada de porta de cadeia" e "petulante" antes de a confusão se iniciar.

"A senhora fique no seu lugar que eu estou falando no meu lugar. A senhora não fale assim comigo. Advogada de quadrilha não vai me fazer baixar o meu mandato", disse ele durante a discussão.

Durante seu tempo de discurso, Medeiros contou a história de um país fictício para retratar situação similar à da CPI. "Todos bem munidos com advogados bem instruídos no padrão advogado de porta de cadeia, porque é o tipo mais preparado, mas o tipo mais petulante também", disse instantes antes da confusão.

Hernandez Borges pediu ao presidentedo colegiado que interviesse. "Eu estou sendo destratada nessa sessão desde o início", protestou a advogada, que é integrante do Prerrogativas, grupo que reúne juristas de esquerda. Durante a sessão, ela já havia se queixado algumas vezes de parlamentares, que estariam, em suas palavras, "criminalizando a advocacia

NEPOTISMO

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou ontem maioria de votos para manter a regra da Corte que permitiu nomeações de parentes para cargos políticos.

A Corte formou placar de 6 votos a 1 para manter o entendimento de que a nomeação de parentes para cargos de natureza política não configura nepotismo. Apesar do placar, o julgamento foi suspenso e será retomado na próxima quarta-feira.

Em 2008, o Supremo editou uma súmula vinculante para proibir o nepotismo. De acordo com o texto da decisão, a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau para cargos públicos viola a Constituição.

Contudo, a Corte reconheceu meses depois que a restrição não vale para cargos de natureza política, como secretários de Estado. A decisão permitiu que governadores indiquem parentes para cargos na administração estadual, por exemplo.

O caso voltou ao Supremo por meio de um recurso para derrubar uma lei de Tupã (SP), de 2013, que proibiu a contratação de parentes do prefeito, vice-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

prefeito, secretários e vereadores na gestão municipal. A norma contrariou o entendimento da Corte que validou as nomeações para funções políticas.

VOTOS

Ao voltar a julgar a questão ontem, o relator do caso, ministro Luiz Fux (**foto**), votou pela permanência do entendimento de que a vedação do nepotismo não vale para cargos políticos.

Para o ministro, o chefe do Executivo tem a prerrogativa de escolher seus secretários, desde que sejam observados os critérios de qualificação técnica e a proibição de nepotismo cruzado.

"A mensagem do Supremo é que a regra é a possibilidade, a exceção é a impossibilidade. Não é uma carta de alforria para nomear quem quer que seja", afirmou.

O voto de Fux foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Flávio Dino foi o primeiro a divergir do relator e questionou a possibilidade de nomeação de parentes para cargos políticos.

Dino disse que "legalidade e afeto não se combinam". O ministro argumentou que a nomeação de parentes não funciona na iniciativa privada e só acontece na administração pública.

"Legalidades e afetos não se combinam. Uma reunião de governo não pode ser um almoço de domingo. Uma reunião de governo não pode ser uma ceia de Natal. Ei, papai, titio, irmão, passe aí o macarrão. Isso é imprescindível, lindo na família, no jardim, não na praça. Na praça, no espaço público, nós temos que compreender que é preciso ter coerência nas regras", afirmou.

A ministra Cármen Lúcia não adiantou voto, mas se manifestou sobre o tema. A ministra disse que cumprir o princípio constitucional da impessoalidade é um desafio.

"A esposa vai para o Tribunal de Contas para aprovar ou não as contas do próprio marido, que foi titular do Executivo. Isso é completamente contrário ao que nós discutimos, embora seja um cargo político", comentou.

Os votos dos ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, últimos a votar, serão proferidos na próxima sessão.

ESPECIAL

Entenda por que ex-funcionários voltam às suas antigas empresas: o fenômeno dos "boomerang employees"

POR BÁRBARA SOUZA

Há um movimento curioso no mercado de trabalho, que se configura em um retorno de ex-funcionários às empresas onde já trabalharam. Chamados de *boomerang employees*, esses profissionais saem em busca de novas experiências e, algum tempo depois, decidem voltar ao antigo empregador, muitas vezes em posições mais estratégicas. O fenômeno, antes visto como raro, tem ganhado força globalmente e começa a ser incorporado às políticas de gestão de pessoas.

Segundo o **ADP Research Institute**, em março de 2025 os boomerang employees representaram **35% de todas as novas contratações** nos Estados Unidos, um aumento em relação aos **31% registrados no mesmo mês de 2024**. O dado mostra que mais de um em cada três novos contratados naquele período já havia trabalhado anteriormente na mesma empresa. Em setores como tecnologia e informação, que incluem áreas de programação, telecomunicações e software, o índice foi ainda mais expressivo, chegando a **68% das admissões**, de acordo com levantamento da **CNBC** publicado em junho deste ano.

Para as empresas, a recontração traz vantagens claras. Profissionais que retornam já conhecem a cultura organizacional e as rotinas internas, o que reduz custos de integração e acelera a produtividade. Além disso, muitos voltam com novas competências adquiridas em outras experiências, o que pode gerar inovação e novas perspectivas. De acordo com o relatório *"Boomerang Hiring Makes a Comeback"*, da **ADP**, esse tipo de contratação também tende a apresentar melhor retenção, já que o funcionário volta de forma mais consciente sobre o ambiente de trabalho e sobre suas próprias expectativas.

Do lado dos trabalhadores, o retorno costuma ser motivado por fatores como estabilidade, afinidade com a cultura da empresa e possibilidade de crescimento em uma estrutura já conhecida. Mas há também um movimento de "realismo pós-pandemia": muitos profis-

sionais que mudaram de emprego em busca de melhores condições acabaram se decepcionando com promessas não cumpridas ou ambientes menos acolhedores, e decidiram voltar.

Apesar da ausência de dados específicos sobre esse cenário no mercado brasileiro, gestores de empresas analisam um aumento desse movimento no Brasil. Como a CEO do Infojobs, Ana Paula Prado, em um artigo publicado em julho deste ano.

"É uma mudança de comportamento. Antes, retornar para uma empresa era considerado um sinal de arrependimento. Hoje, muitas vezes, é visto com maturidade: o profissional sabe o que quer, se identifica com o propósito e se sente preparado para os novos desafios, no mesmo lugar", afirma Ana.



PEXELS

Ainda assim, o fenômeno exige cuidado. Especialistas da área de RH alertam que as empresas precisam manter processos transparentes de recontração para evitar ressentimentos entre os que permaneceram e garantir equilíbrio salarial. A **Harvard Business Review** destaca que, quando bem conduzido, o retorno de ex-funcionários pode fortalecer o engajamento e a reputação da marca empregadora.

Em um mercado que valoriza eficiência e experiência, os *boomerang employees* deixaram de ser exceção. Eles representam uma nova lógica nas relações de trabalho — em que partir não significa necessariamente romper, e voltar pode ser sinal de maturidade profissional e reconhecimento mútuo.

PRISÃO DOMICILIAR

Moraes autoriza visitas a Bolsonaro de ministro do TCU a pastor

RAISA TOLEDO/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem, novas visitas à residência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Foram liberados Jorge Oliveira, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado; o bispo Robson Rodovalho, fundador da igreja Sara Nossa Terra; e o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), relator da CPI do INSS.

Gaspar, no entanto, comunicou a Moraes que não vai realizar a visita. Quando a autorização foi solicitada pela defesa de Bolsonaro, ele ainda não havia assumido a relatoria da CPI. A decisão, segundo o deputado, se dá para preservar a isenção de seu trabalho na investigação.

"Recebi autorização do ministro. Alexandre de Moraes para visitar o ex-presidente Bolsonaro, a quem tem minha solidariedade, respeito, e consideração. Decidi declinar, em respeito à função que exerço como relator da CPMI do INSS e para evitar qualquer questionamento sobre minha atuação", escreveu o deputado no X, antigo Twitter.

"Meu foco segue firme em concluir os trabalhos da Comissão e defender os aposentados do Brasil. Assim que essa missão for concluída, pretendo solicitar a realização da visita ao ex-presidente Bolsonaro", completou.

Os encontros dos outros autorizados foram agendados para ocorrer entre as 9h e as 18h, na próxima semana: Jorge Oli-



veira, indicado por Bolsonaro para o CTU, irá na terça-feira, 28; Robson Rodovalho na quinta, 30; e Marinho na sexta, 31.

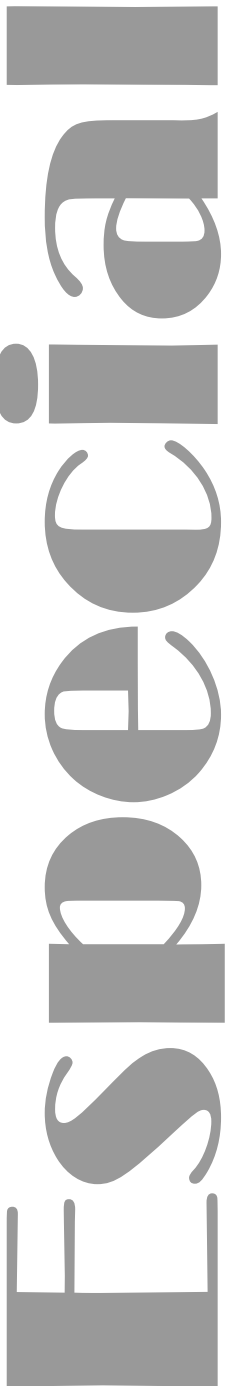
Anteriormente, em setembro, o bispo teve pedido de visita negado pelo ministro quando seu nome foi incluído em autorização para entrada do grupo de orações da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. "O 'Grupo de Orações', entretanto, não pode ser usado como desvio de finalidade, acrescentando diversas e distintas pessoas como integrantes somente para a realização de visitas não especificamente requeridas", pontou Moraes.

Rodvalho foi deputado federal pelo Distrito Federal entre 2006 e 2010, quando foi casado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por infidelidade partidária, ao trocar o DEM pelo PP.

Na quarta-feira passada, Moraes negou pedido de autorização para o ex-presidente receber uma visita do presidente nacional do PL, Valdemar da Costa Neto. O ministro lembrou que Bolsonaro está proibido de manter contato com réus ou investigados pela tentativa de golpe de Estado.

Isso porque a Primeira Turma do STF decidiu reabrir a investigação sobre a participação de Costa Neto na trama golpista. Ele havia sido investigado e indiciado, mas não denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em prisão domiciliar desde o início de agosto, o ex-presidente já protocolou mais de 75 pedidos de visitas no STF, segundo lista obtida pela Coluna do *Estado*.



SEM DÓLAR

Lula defende uso de moedas locais entre Brasil e Indonésia

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, em dois momentos, durante a visita que faz à capital da Indonésia, Jacarta, a possibilidade de uso de moedas locais no comércio entre os dois países.

A primeira delas, durante declaração à imprensa, na madrugada de quarta-feira. Ontem de manhã, Lula disse que tanto o Pix quanto o sistema similar indonésio têm condições de facilitar não só o comércio entre os dois países, mas, também, entre os países que integram o Brics - grupo formado por 11 países-membros e dez parceiros, entre eles o Brasil, a Rússia, Índia, China e África do Sul,

“No âmbito do Brics, o Pix brasileiro e o Qris indonésio oferecem modelos de sistemas de pagamentos eficazes e acessíveis, que podem inspirar medidas que facilitarão o comércio em moedas locais entre os países do bloco”, disse o presidente durante evento com empresários brasileiros e indonésios.

Segundo Lula, esse movimento faz parte de uma “estratégia mais ampla do Brasil de diversificar parcerias e facilitar o comércio”.

PRÓPRIA MOEDA

Mais cedo, durante declaração conjunta de Lula e do presi-



dente da Indonésia, Prabowo Subianto, à imprensa, Lula já havia reiterado seu posicionamento favorável ao uso de moedas locais para o comércio entre os dois países.

“Nós queremos comércio livre. E, mais ainda: tanto a Indonésia quanto o Brasil têm interesse em discutir a possibilidade de a comercialização entre nós dois ser com as nossas moedas”, disse, mais cedo, o presidente brasileiro - ao enfatizar que esse tipo de “liberda-

de de uso das próprias moedas” é algo que já deveria ter acontecido.

“O século XXI exige que tenhamos a coragem que não tivemos no século XX. Exige que a gente mude alguma forma de agir comercialmente para não ficarmos dependentes de ninguém”, acrescentou ao defender o multilateralismo, em vez do unilateralismo.

Posteriormente, no encontro com empresários, reiterou que, “como a Indonésia, o Brasil se

opõe a medidas unilaterais e coercitivas que distorcem o comércio e limitam a integração econômica”.

Segundo ele, “é o setor privado, com parcerias e projetos conjuntos, que transformará a afinidade diplomática em prosperidade compartilhada para os dois países”.

“Indonésia e Brasil seguirão parceiros na construção de um futuro compartilhado de cooperação, desenvolvimento e justiça social”, completou

Comunicado conjunto sobre progresso de parceria estratégica

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Os governos do Brasil e da Indonésia divulgaram, ontem, comunicado conjunto, sobre o progresso da parceria estratégica entre os dois países.

O documento, que trata também de cooperações tanto no âmbito regional quanto multilateral, marca a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, àquele país.

O documento contém dezenas de pontos consensuais entre Brasil e Indonésia, em especial os potenciais estratégicos comuns entre os dois países. Reitera também seus posicionamentos em favor de uma “reforma da governança, paz e segurança internacionais”, além de renovar iniciativas já existentes.

Sinergia e complementariedade
Os dois países reconhecem o

“expressivo potencial da cooperação” econômica e empresarial nas mais diversas áreas e setores, em especial relativas a agro-negócio, defesa, mineração, energia, saúde e turismo.

Há pontos consensuais sobre transições energéticas, biocombustíveis, bem como o combate a organizações criminosas. O documento valoriza iniciativas de aproximação de blocos econômicos dos quais participam e a cooperação Sul-Sul para promover “uma ordem internacional justa e inclusiva, baseada no direito internacional”.

Cita também a sinergia e a complementariedade entre Brasil e Indonésia e o potencial do ponto de vista empresarial e acadêmico. Nesse sentido, destaca áreas como educação, ciência, tecnologia, inovação, agricultura, meio ambiente e diver-

sidade.
Meio ambiente, combate à fome e à pobreza

A preocupação com as mudanças climáticas, com oceanos e florestas tropicais é comum, citado no comunicado conjunto, bem como suas correlações com as áreas de pesquisa e tecnologia espacial; desenvolvimento sustentável e energias limpas e renováveis.

Como membros fundadores da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, reforçam o compromisso de enfrentar tais desafios por meio da cooperação multilateral, reconhecendo que a segurança alimentar e nutricional é “fundamental para a estabilidade e a resiliência nacionais”.

Manifestaram também apoio à Declaração de Lançamento do Fundo Florestas Tropicais para

Sempre (TFFF), a ser adotada na Cúpula do Clima de Belém.

GOVERNANÇA E GAZA

Indonésia e Brasil reiteraram seu posicionamento em favor de uma “reforma urgente e abrangente” das instituições de governança global, no sentido de “ampliar a voz do Sul Global” e de regiões “não representadas ou sub-representadas”, e cita especificamente o Conselho de Segurança da ONU para esse fim.

Por fim, o documento acolhe “com satisfação o processo de cessar-fogo em Gaza como um passo inicial para o fim da guerra, o acesso desimpedido de ajuda humanitária e o início imediato da reconstrução em Gaza”. A solução para os problemas da região passa, tanto para a Indonésia quanto para o Brasil, pela existência de dois Estados.

STF

Dino: eventuais crimes em emendas Pix antigas serão apurados

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem ser “dever” da Justiça e dos órgãos de controle federais apurar eventuais irregularidades em emendas Pix pagas entre 2020 e 2024, que serão investigadas a fundo com objetivo de punir irregularidades.

“É impossível abrimos um tapete gigante e colocarmos de baixo. Acredito que nenhum órgão sugeriria isso”, afirmou Dino durante audiência pública, realizada na sede do Supremo, sobre a rastreabilidade e a transparência desse tipo de emenda.

As emendas Pix foram apelidadas dessa maneira porque, antes da intervenção do Supremo, permitiam a transferência direta para contas genéricas de municípios ou estados de verbas do Orçamento da União.

ENTENDA

Esse tipo de emenda parlamentar foi criado em 2019, por meio de uma Emenda Constitucional. Pouco depois, esse tipo de transferência passou a ser alvo de questionamento no Supremo por não permitir identificar nem o congressista que indicou a aplicação dos recursos, nem o beneficiário final do dinheiro ou como ele foi aplicado.

Desde 2022, o Supremo vem impondo uma série de medidas para aumentar a transparência das emendas Pix, entre as quais a obrigatoriedade de apresentar plano de trabalho, no qual deve ser identificada a destinação final de cada emenda.

Um acordo entre Executivo, Legislativo e Judiciário permitiu adotar um novo padrão de transparência, com a divulgação de inúmeras informações sobre todas as emendas parlamentares.

Contudo, ainda não foram analisados cerca de 35 mil relatórios relativos aos anos de 2020 a 2024, equivalentes a aproximadamente R\$ 20 bilhões e a maior parte entregue retroativamente por ordem do Supremo.

Ao alertar sobre a investigação de cada um desses planos de trabalho, para saber se foram efetivamente executados, Dino negou qualquer “intuito persecutório”, após o ministro ter sido acusado por congressistas de perseguição ao Legislativo.

“Quero crer que a grande maioria dos 35 mil de planos de trabalho resultaram em ganho para a coletividade, mas certamente e obviamente pode ter

equivocos e crimes. Precisamos agora focar nisto”, determinou.

ANÁLISE

Ao final da audiência, ficou determinado que um primeiro resultado da análise dos relatórios pendentes deverá ser apresentado por órgãos como a Advocacia-Geral da União (AGU).

O trabalho começará a ser feito por amostragem, de acordo com critérios de priorização, como o risco de desvios e o destino do dinheiro público, dando-se preferência a localidades de menor desenvolvimento humano.

Dino indicou também que o objeto da emenda é importante para a priorização. Por sua experiência, disse o ministro, estão mais propensas a irregularidades o dinheiro destinado a mutirões de cirurgias, realização de eventos e shows.

O ministro disse que irá notificar os Ministérios Públicos e os Tribunais de Contas locais para que exijam a adequação das emendas Pix locais às regras determinadas pelo Supremo.

PAINÉIS

Durante a audiência, que contou com a presença de diversos órgãos de controle da execução do orçamento, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), foram apresentadas as novas ferramentas, criadas em parceria com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), que permitem acompanhar com detalhes a execução de emendas Pix.

As novas ferramentas fazem parte do desenvolvimento do Parceriasgov.br, plataforma que permite acompanhar em tempo real a movimentação do dinheiro do orçamento.

Nela estão disponíveis painéis como o Parlamentar, no qual é possível acompanhar cada liberação de verba feita pelo governo federal, com qual objetivo, com a indicação de qual congressista e a informação do CNPJ do beneficiário final.

Uma das funcionalidades criadas pelo governo inclui inclusive o envio obrigatório de fotos georreferenciadas sobre a evolução de obras bancadas com emendas.

Durante a audiência, Dino anunciou que, em decisão a ser divulgada ainda nesta quinta (23), vai ordenar que toda a área de comunicação do governo federal, incluindo os bancos públicos, façam campanhas de divulgação sobre as novas ferramentas de fiscalização do dinheiro público.

PESQUISA

25% dos adolescentes consomem álcool de forma regular

GABRIEL DAMASCENO/AE

Mais da metade da população brasileira, cerca de 56%, experimentou bebidas alcoólicas antes dos 18 anos de idade e cerca de um quarto, 25,5%, passou a beber de forma regular antes da maioridade. Os achados são do terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad III), conduzido por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Entre as bebidas mais consumidas por adolescentes de 14 a 17 anos, a cerveja aparece em primeiro lugar, com 40,5% das menções. Em seguida vêm as bebidas do tipo ice, com 31,9%; os destilados, como vodka, gim e uísque, com 30,2%; e o vinho, com 14,5%. No caso do ice, a pesquisa ressalta que o sabor adocicado e o forte apelo comercial favorecem o consumo entre os mais jovens. Os principais locais

de consumo são festas, bares e, muitas vezes, a própria casa, com o incentivo ou tolerância de familiares. A influência dos amigos e do ambiente escolar também é destacada pelo estudo como um fator determinante. O estudo, realizado com mais de 16 mil entrevistados em todo o País, mostra ainda que cerca de 75% dos jovens não tiveram nenhuma dificuldade em comprar os produtos. Além disso, 23,3% dos brasileiros que bebem e 23,5% dos adolescentes relataram já ter comprado bebidas por preço muito abaixo do normal, indicando riscos de adulteração e contrabando. Cerca de 12% daqueles que bebem referiram que conseguiram bebidas por um preço abaixo do mercado por meio de contrabando e 10,4% dos pagaram valores inferiores disseram ter conhecimento de que compraram bebidas falsificadas.

EM SILÊNCIO

Ex-procurador do INSS não responde perguntas do relator na CPMI

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O ex-procurador-geral do INSS Virgílio Oliveira Filho foi ouvido nesta quinta-feira na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, optando por permanecer em silêncio diante das perguntas do relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). O depoimento de Oliveira Filho começou no final da tarde desta quinta-feira (23), após a comissão ter ouvido sua companheira, Thaís Hoffmann.

Um pouco antes, Oliveira Filho afirmou não ser indiciado no esquema que desviou cerca de R\$ 6,3 bilhões em descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas. “Não sou indicado, não sou réu, muito menos condenado”, declarou a testemunha afirmando ainda não ter sido ou-

vido pelas autoridades.

“Não fui ouvido, não prestei esclarecimentos, mas percebi um prejulgamento muito forte e, com base em todas essas questões, eu falei aqui e defenderei os meus atos enquanto procurador do INSS”, afirmou.

Oliveira Filho foi afastado do cargo por decisão judicial em abril. Segundo investigações da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU), ele teria recebido R\$ 11,9 milhões de empresas ligadas a associações investigadas por descontos irregulares em benefícios previdenciários. O relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), questionou sobre a evolução do patrimônio do ex-procurador do INSS e funcionário de carreira da Advocacia-Geral da União (AGU).

“Por orientação da minha de-

fesa vou permanecer em silêncio”, afirmou Oliveira Filho que optou por permanecer em silêncio diante das perguntas do relator. Um habeas corpus (HC), concedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux deu ao depoente o direito de permanecer em silêncio em questionamentos que possam incriminá-lo.

COMPANHEIRA

Mais cedo, Thaís Hoffmann Jonasson, companheira do ex-procurador, também se manteve em silêncio durante quase todo o seu depoimento. Dona de empresas de consultoria Thaís Hoffmann é apontada, pelos integrantes do colegiado, como “laranja” do esquema de desvio de recursos de aposentados e pensionistas.

Durante o depoimento de

Thaís, o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que as testemunhas convocadas pela CPMI do INSS que não marcaram depoimento até o próximo final de semana serão alvo de pedido de prisão.

Entre os citados pelo senador estão os seguintes convocados: Mauro Palombo Concílio, contador de diversas empresas suspeitas de envolvimento nas fraudes, Vinicius Ramos da Cruz, cunhado do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer); Silas da Costa Vaz, vinculado à Conafer; Cecília Rodrigues Mota, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (Aapen); e Danilo Berndt Trento, empresário suspeito de envolvimento nas fraudes.

Louvre

Divididas, derretidas: qual pode ser o destino das joias roubadas?

Qual será o destino das joias roubadas no Museu do Louvre no último domingo, 19? Especialistas ouvidos pela *Associated Press* alertam que os objetos, avaliados em mais de R\$ 550 milhões, poderiam em breve - se já não estiverem - ser derretidos ou divididos.

Há ainda chances de vender as peças menores como parte de um novo colar, brincos ou outras joias, sem chamar muita atenção. "Você nem precisa colocá-las em um mercado clandestino, é só colocá-las em uma joalheria", disse Erin Thompson, professora de crime de arte no John Jay College of Criminal Justice em Nova York. "Poderiam ser vendidas na rua do Louvre."

Thompson e outros dizem que isso tem se tornado comum com bens roubados de joias e metal, observando que é uma maneira dos ladrões tentarem cobrir seus rastros e ganhar dinheiro.

Christopher Marinello, advogado e fundador da Art Recovery International, não vê possibilidade de as joias serem usadas publicamente. Ele também destaca que encontrar um mercado para vender os artefatos completos seria incrivelmente difícil depois que o mundo todo viu fotos delas na última semana.

As joias podem ser difíceis de monetizar. "Ao dividir, eles esconderão o roubo", disse Marinello, acrescentando que esses itens poderiam se tornar ainda mais "indetectáveis" se forem retirados da França e passarem por cortadores de joias e robustas cadeias de suprimentos em outros países.

Ainda assim, tais peças são frequentemente vendidas por uma fração do valor do que foi roubado - devido ao seu tamanho menor, mas também porque derreter ou quebrar itens de alto perfil remove o valor histórico. Não é um processo simples.

"A real arte em um roubo de arte não é o roubo, é a venda", explicou Robert Wittman, ex-investigador sênior da equipe de crimes de arte do Federal Bureau of Investigation. Wittman, que desde então formou sua própria prática privada, disse que os indivíduos por trás de tais roubos geralmente são "melhores criminosos ou ladrões do que empresários".

Ao contrário de outros, Wittman é cético quanto aos ladrões de domingo conseguirem monetizar os artefatos que roubaram do Louvre - que incluem um colar de esmeralda e brincos, duas coroas, dois broches, um colar de safira e um único brinco usados por realzas do século XIX. Ele nota que as gemas ainda podem ser identificáveis pela sua clareza, por exemplo, e o ouro que foi refinado quando as peças foram feitas há centenas de anos não é tão puro quanto o que é tipicamente procurado hoje.

"Por causa do que são, realmente não faz sentido destruí-los", disse Wittman, apontando para os riscos de vender tais bens roubados de alto perfil.

Scott Guginsky, vice-presidente executivo da Jewelers' Security Alliance, uma associação comercial sem fins lucrativos focada na prevenção de crimes de joias, também observa a idade e a qualidade dos diamantes dos artefatos. Ele suspeita que provavelmente não sejam graduados.

"Não é algo que você possa mover no mercado aberto. Não é nada que possa passar por uma casa de leilões", disse Guginsky, que costumava comandar o esquadrão de roubo organizado do Departamento de Polícia de Nova York.

Dado o montante de preparação que os ladrões provavelmente colocaram nisso, Guginsky acredita que eles têm um plano para vender as joias, mesmo que possam primeiro decidir esperar a suspeita passar.

"Não consigo vê-los rou-

bando sem ter uma ideia do que querem fazer", disse ele. "Sempre há uma pessoa disposta a comprar joias roubadas. Não importa o que seja, alguém vai comprar."

Sara Yood, CEO e conselheira geral do Comitê de Vigilância de Joalheiros, observa que a maioria dos negócios de joias implementa programas contra lavagem de dinheiro e fica atenta a sinais de alerta como pedidos incomuns, compras repetidas e pedidos de sigilo.

Ainda assim, ela e outros dizem que a idade de algumas joias - se efetivamente desmontadas - poderia realmente torná-las mais difíceis de rastrear. Gemas mais novas, por exemplo, às vezes carregam uma inscrição a laser dentro que pode ser avaliada em um laboratório. Mas "como são peças históricas, é bastante improvável que tenham essas características identificadoras", observou Yood.

Especialistas como Thompson dizem que as gemas maiores podem ser recordadas a ponto de se tornarem irrecognecíveis. Um desafio é encontrar pessoas que tenham a habilidade de fazer isso e que não façam muitas perguntas - mas é possível, ela disse.

As investigações ainda não revelaram se os ladrões tinham esses contatos ou compradores específicos. Entretanto, "os caras que realmente entram nos museus geralmente são todos contratados, e quase sempre são pegos nestes casos", acrescentou Thompson.

RECUPERAÇÃO?

Ela e outros dizem que os museus têm enfrentado, cada vez mais, uma série de roubos semelhantes nos últimos anos. Thompson observa que roubar do armazenamento pode passar despercebido por mais tempo: o Museu Britânico em Londres, que acusou um ex-curador de roubar artefatos e vendê-los online, ainda está tentando recuperar alguns dos 2.000 itens roubados.

Alguns ladrões do passado fizeram exigências de resgate por obras de arte roubadas em geral, ou esperam por uma possível recompensa "sem perguntas" de uma empresa de seguros - o que pode representar cerca de um corte de 10% para algumas peças seguradas na Europa, diz Thompson. As joias roubadas do Louvre no domingo, no entanto, aparentemente não eram seguradas privadamente.

Às vezes, ofertas governamentais de recompensa por informações sobre o roubo também podem acelerar a investigação, embora o governo francês ainda não tenha divulgado tal incentivo.

Se isso mudar, ou se pistas promissoras forem descobertas a partir das evidências deixadas no Louvre, especialistas como Wittman observam que isso poderia aumentar as chances de recuperar os artefatos. Ainda assim, conforme mais tempo passa, outros sentem que o destino de encontrar as joias históricas parece sombrio. "Eu acho que eles vão pegar os criminosos", disse Marinello. "Mas eu não acho que vão encontrá-los com as joias intactas."

FALHA TERRÍVEL

Na quarta, a diretora do Louvre, Laurence des Cars, reconheceu a "terrível falha" na segurança do museu. Ela afirmou ainda que ofereceu sua renúncia do cargo - o que foi recusado pelo ministro da Cultura.

Em testemunho ao Senado francês, a diretora disse que o Louvre tinha uma prejudicial falta de câmeras de segurança e outras "fraquezas" expostas pelo roubo de domingo, 19.

"Hoje estamos vivendo uma terrível falha no Louvre, pela qual assumo minha parte da responsabilidade", disse ela.

Oriente Médio

Países condenam leis de Israel para anexar Cisjordânia

PEDRO LIMA/AE

Quinze países árabes e islâmicos divulgaram ontem, um comunicado conjunto condenando "nos termos mais fortes" a aprovação pelo Knesset - a Assembleia Legislativa de Israel - de dois projetos de lei que buscam 'impor a chamada 'soberania israelense' sobre a Cisjordânia ocupada e sobre os assentamentos coloniais ilegais".

Rússia

Putin fala em reunião com Trump e diz que sanções prejudicam relação

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O presidente russo, Vladimir Putin, afirmou que a reunião com o homólogo dos Estados Unidos, Donald Trump, precisa ser preparada e que o encontro incerto entre os dois líderes, que aconteceria em Budapeste, na Hungria, foi proposto pelos pró-

Segundo a nota, as medidas representam uma "violação flagrante" do direito internacional e das resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

O texto é assinado por Qatar, Jordânia, Indonésia, Paquistão, Turquia, Djibuti, Arábia Saudita, Omã, Gâmbia, Palestina, Kuwait, Líbia, Malásia, Egito, Nigéria, além da Liga dos Estados Árabes e da Organização de Cooperação Islâmica.

Os signatários reafirmam que "Israel não tem soberania sobre o território palestino ocupado" e recordam a opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça (CIJ), que considerou ilegais a ocupação e a construção de assentamentos.

Os países também saúdam a nova opinião consultiva da CIJ, emitida em 22 de outubro, que reafirmou a obrigação de Israel, sob o direito humanitário internacional, de garantir à popula-

ção dos territórios ocupados "os suprimentos essenciais à vida diária" e de permitir o acesso da ajuda humanitária.

Por fim, o grupo "alerta contra a continuidade das políticas unilaterais e ilegais de Israel" e pede à comunidade internacional que assuma responsabilidade para garantir o direito dos palestinos de estabelecer "seu Estado independente e soberano nas fronteiras de 4 de junho de 1967, com Jerusalém Oriental como capital".

prios norte-americanos, segundo informações da agência estatal russa RIA.

Segundo a *RIA*, Putin disse querer manter o diálogo com os EUA e minimizou os efeitos das sanções norte-americanas sobre a economia russa.

Ele afirmou que a contribuição da Rússia para o balanço

energético global é muito significativa e teria discutido com Trump o impacto da situação do fornecimento de petróleo russo sobre os preços globais, inclusive nos EUA. "O setor energético da Rússia está confiante, embora certas perdas sejam esperadas", afirmou, segundo a agência.

A *Interfax* informa que Putin disse que, apesar do pouco impacto na economia, as sanções dos EUA prejudicam a relação com a Rússia. "É muito provável que Trump quisesse dizer que a reunião foi adiada", ponderou, ao se referir a fala da quarta-feira do presidente dos EUA.

Relações Exteriores

Milei reforça ala econômica do governo e escolhe Pablo Quirino

PEDRO LIMA/AE

A Argentina anunciou ontem, a substituição do ministro das Relações Exteriores, Gerardo Werthein, por Pablo Quirino, atual secretário de Finanças e integrante do núcleo econômico do governo do presidente Javier Milei (**foto**). Werthein apresentou na quarta-feira passada, sua renúncia, que será efetivada a partir de segunda-feira, 27 de outubro.

O texto destaca que Milei agradeceu ao chanceler por ter sido "parte instrumental, junto ao Ministério da Economia e à embaixada argentina em Washington, do maior acordo bilateral da história de nosso país com os Estados Unidos".

Quirino, descrito como "peça fundamental da construção do milagre argentino", assumirá o comando da política externa com a missão de "aprofundar o vínculo entre a chancelaria e o Ministério da Economia" e reforçar "a visão pró-mercado da gestão de cara à segunda etapa do governo".

A nota informa ainda que o novo ministro colocará foco em "abrir a Argentina ao mundo",



TANIA REGO/ABRASIL

firmando acordos comerciais para fortalecer a inserção de produtores locais em mercados internacionais. O gabinete de Milei afirma que Quirino continuará "construindo alianças internacionais".

O governo de Milei enfrentará um teste de popularidade nas eleições legislativas que ocorrem no domingo, 26 de outubro. Uma derrota de seu partido pode aumentar incertezas sobre a adoção de refor-

mas econômicas que o presidente ainda quer aprovar para o país. Além de Werthein, o ministro da Justiça argentino, Mariano Cúneo Libarona, deixará o cargo na próxima semana.

Até 2030

UE cita 'desafio existencial' e planeja elevar prontidão de defesa da Europa

PEDRO LIMA/AE

A União Europeia (UE) afirmou ontem, que pretende "aumentar decisivamente a prontidão de defesa da Europa até 2030", em resposta a um "desafio existencial" representado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia Segundo comunicado divulgado após a reunião do Conselho Europeu, o bloco está determinado a agir "em ritmo e escala" para que a Europa esteja melhor equipada para lidar, de forma

"autônoma e coordenada", com ameaças imediatas e futuras.

O plano - baseado no Roteiro Europeu de Prontidão de Defesa 2030 - prevê a criação de coalizões de capacidades entre Estados-membros até o fim deste ano, com lançamento de projetos concretos na primeira metade de 2026. O Conselho ressaltou que o objetivo é "reduzir as dependências estratégicas, suprir lacunas críticas de capacidade e fortalecer a base tecnológica e industrial de defesa europeia".

Diante das "violações do espaço aéreo de vários Estados-membros" e das "ameaças imediatas no flanco oriental da UE", o texto defende prioridade à proteção de todas as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas do bloco. A declaração cita ainda a necessidade de reforçar as capacidades conjuntas de defesa antiaérea e antidrones, utilizando instrumentos financeiros como o SAFE, voltado à produção europeia de munições e mísseis, e o EDIP, programa criado para integrar e financiar o setor in-

dustrial de defesa do bloco.

O Conselho pediu o "desenvolvimento acelerado de ativos espaciais" com fins de segurança e defesa e destacou a importância de integrar a Ucrânia à indústria europeia, "especialmente em inovação e tecnologia de ponta". Por fim, a UE reiterou que uma Europa "mais forte e mais capaz" em segurança e defesa "contribuirá positivamente para a segurança global e transatlântica", atuando de forma complementar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).